

A LEI 11.645/08 E A PRODUÇÃO EDITORIAL: CAMINHOS E DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Flávia Gisele Nascimento

INTRODUÇÃO: A Lei nº 11.645/08, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornou obrigatório o ensino das histórias e culturas indígenas nas escolas públicas e privadas, ampliando o escopo da Lei nº 10.639/03. Essa legislação representa uma importante conquista do Movimento Indígena Brasileiro, ao propor a valorização da diversidade étnico-racial e o reconhecimento das contribuições dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira.

Entretanto, o modelo educacional ainda apresenta características homogeneizantes, que tendem a reproduzir desigualdades e invisibilizar outras epistemologias. Nesse contexto, a implementação da Lei nº 11.645/08 se configura como um desafio, exigindo mudanças nos currículos, na formação docente e na produção de materiais didáticos.

Diante disso, o presente trabalho, desdobramento da pesquisa de doutorado em Educação desenvolvida na Universidade Federal do Paraná e defendida em 2025, tem como objetivo analisar a produção editorial relacionada à Lei nº 11.645/08, evidenciando seus avanços, limites e contribuições para a construção de uma educação antirracista.

METODOLOGIA: Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, construída a partir do levantamento e análise de obras que abordam a temática indígena no contexto educacional após a promulgação da Lei nº 11.645/08. Optei por privilegiar a produção editorial, especialmente livros e materiais didáticos, por compreender que estes constituem importantes mediadores entre a legislação e a prática docente, sendo amplamente utilizados na Educação Básica.

A análise foi orientada pela identificação de movimentos e tendências na produção editorial, considerando aspectos como a presença de autores(as) indígenas, as abordagens teórico-metodológicas adotadas e o modo como essas obras dialogam com a legislação. Também foram considerados documentos normativos que orientam a inserção da temática indígena nos currículos, ampliando a compreensão sobre os desafios de sua implementação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A análise realizada permite afirmar que a Lei nº 11.645/08 produziu impactos significativos no campo editorial, impulsionando a ampliação de livros voltados à temática indígena. Esse movimento evidencia não apenas um aumento quantitativo das publicações, mas também mudanças qualitativas importantes, sobretudo no que diz respeito à valorização da diversidade cultural e à problematização de estereótipos historicamente construídos sobre os povos indígenas.

Um dos aspectos que considero mais relevantes nesse processo é o crescente protagonismo de intelectuais indígenas na produção dessas obras. A presença desses(as) autores(as) tensiona os limites de uma produção historicamente marcada por olhares externos e contribui para a construção de narrativas mais plurais.

Apesar desses avanços, os desafios permanecem expressivos. A formação docente ainda se mostra insuficiente para lidar com a complexidade da temática indígena, e muitos materiais didáticos continuam reproduzindo visões simplificadas ou folclorizadas. Além disso, a própria legislação apresenta lacunas ao não contemplar explicitamente etapas como a Educação Infantil, a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Superior, o que fragiliza sua abrangência.

Outro ponto que merece destaque é a persistência de barreiras epistemológicas nas instituições educacionais, que dificultam o reconhecimento de outras formas de produzir conhecimento. Nesse sentido, entendo que a efetivação da Lei nº 11.645/08 depende de um movimento mais amplo de descolonização do currículo, capaz de romper com lógicas hierarquizantes e abrir espaço para o diálogo intercultural.

Assim, a produção editorial analisada configura-se como um campo estratégico de disputa e transformação, ao mesmo tempo em que evidencia avanços importantes e limites ainda a serem enfrentados na construção de uma educação antirracista.

Palavras-chave: temática indígena; epistemologia indígena; povos indígenas; diversidade cultural.

REFERÊNCIAS:

FANELLI, Giovana de Cássia Ramos. **A Lei 11.645/2008:** a história de como a temática indígena passou a ser obrigatória nas escolas brasileiras. Curitiba: Appris, 2021.

MATTAR, Sumaya; SUZUKI, Clarissa; PINHEIRO, Maria (Org.). **A lei 11.645/08 nas artes e na educação:** perspectivas indígenas e afro-brasileiras. São Paulo: ECA-USP, 2020.

PIMENTA, Angelise Nadal; MENEZES, Paula Mendonça de (Org.). **Firmando o pé no território:** temática indígena em escolas. Rio de Janeiro: Pachamama, 2020.

SILVA, Aracy Lopes da (Org.). **A questão indígena na sala de aula:** subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da (Org.). **A temática indígena em sala de aula:** reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/08. Recife: Ed. UFPE, 2020.

SILVA, Giovani José da; MEIRELES, Marinelma Costa (Org.). **A Lei 11.645/08:** uma década de avanços, impasses, limites e possibilidades. Curitiba: Appris, 2019.